

**O ENSINO PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA:** uma análise da plataforma redação  
Paraná

**TEACHING FOR INCLUSIVE EDUCATION:** an analysis of the Paraná writing  
platform

**EL ENSEÑANZA PARA LA EDUCACIÓN INCLUSIVA:** Un análisis de la plataforma  
de escritura de Paraná

Valdenise Batista Bueno <sup>1</sup>  
Jaqueline de Moraes Costa <sup>2</sup>

**RESUMO:**

O presente estudo tem como objetivo analisar a Plataforma Redação Paraná, recurso de uso obrigatório para o ensino de produção de textos nas escolas da rede pública estadual do Paraná, tendo como enfoque a aplicabilidade a estudantes da educação especial que frequentam as classes regulares. Partindo dos pressupostos legais do Plano Nacional de Educação, pela universalização da aprendizagem, e do Decreto do Conselho Estadual de Educação do Paraná, que orienta para o atendimento educacional especializado, e pedagógicos, pela abordagem do Desenho Universal para Aprendizagem, buscou-se analisar a acessibilidade do recurso, analisando suas formas de engajamento aos estudos, representação do conhecimento e representação da aprendizagem. Como resultados, verifica-se que a plataforma atende alunos regulares, porém não possibilita recursos ou atende especificidades presentes para o ensino e a aprendizagem de alunos atendidos pela educação especial. São apresentadas sugestões que poderiam ser adaptadas à plataforma, possibilitando mais autonomia aos estudantes, em atendimento a suas peculiaridades.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação Inclusiva, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)/ Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva (PROFEI); Secretaria Estadual de Educação do Paraná- Brasil. Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0004-1673-222X>. E-mail: [prof.valbueno@gmail.com](mailto:prof.valbueno@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Ensino de Ciência e Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Secretaria Estadual de Educação do Paraná- Brasil; Grupo de Estudos e Pesquisa Didática e Formação Docente (GEPEDIDO); Grupo de Estudos e Pesquisa Educação, Tecnologia Social e Formação de Educadores (GENTES). Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-2161-5509>. E-mail: [j.moraiscosta@hotmail.com](mailto:j.moraiscosta@hotmail.com).

**Palavras-chave:** Educação Especial; Educação Inclusiva; Recursos Digitais; Desenho Universal para Aprendizagem.

**ABSTRACT:**

The present study aims to analyze the Platform Wording Paraná, a mandatory resource for teaching text production in schools in the state public network of Paraná, focusing on its applicability to special education students who attend regular classes. Starting from the legal assumptions of the National Education Plan, for the universalization of learning, and the Decree of the State Education Council of Paraná, which guides specialized educational and pedagogical services, through the Universal Design of Learning approach, we sought to analyze the accessibility of the resource, analyzing its forms of engagement in studies, knowledge representation and learning representation. As a result, it appears that the platform serves regular students, but does not provide resources or meet specificities for teaching and learning for students covered by special education. Suggestions are presented that could be adapted to the platform, allowing students more autonomy, taking into account their peculiarities.

**Keywords:** Special Education; Inclusive Education; Digital Resources; Universal Design of Learning

**RESUMEN**

El presente estudio tiene como objetivo analizar la Plataforma Redação Paraná, obligatoria para la enseñanza de la escritura en las escuelas públicas de la red estatal de Paraná, como herramienta para la enseñanza de la producción textual, teniendo como público objetivo a los estudiantes de educación especial que asisten a clases regulares. Basándonos en los supuestos legales del Plan Nacional de Educación para la universalización del aprendizaje y en el Decreto del Consejo Estatal de Educación de Paraná, que orienta los servicios educativos y pedagógicos especializados, analizamos la accesibilidad de este recurso desde la perspectiva del Diseño Universal para el Aprendizaje, considerando las formas de participación de los estudiantes, representación del conocimiento y expresión del aprendizaje. Como resultado, se observa que la plataforma está diseñada para atender a estudiantes regulares, pero no ofrece recursos ni responde a las necesidades específicas de los estudiantes cubiertos por la educación especial. Se presentan sugerencias que podrían implementarse en la plataforma para garantizar mayor autonomía a los estudiantes, teniendo en cuenta sus particularidades.

---

**Palabras clave:** Educación Especial; Educación Inclusiva; Recursos Digitales; Diseño Universal para el Aprendizaje.

## **INTRODUÇÃO**

A partir da superação da visão do ensino como transmissão de conhecimento, a qual foi permeada dentro dos paradigmas tradicional e tecnicista da educação, atualmente, compreende-se que ensinar é promover condições e meios para o desenvolvimento intelectual do aluno, conforme explica Libâneo (1994).

Portanto, pode-se considerar ensinar como processo. Veiga (2006) esclarece inclusive que é entendido como tal por se tratar da articulação de três elementos que envolve o ensino: professor, aluno e conhecimento, o que a autora denomina como processo didático.

Contudo, o processo didático, que traduz o ensinar, não é neutro. Candau (1983) já esclarecia, desde o início do movimento da Didática Crítica, iniciado na década de 1980, sobre seu caráter multidimensional, pois envolve: a dimensão humana, que caracteriza os valores, crenças, culturas e objetivos, tanto do professor, quanto do aluno; a dimensão técnica, que trata da sistematização do saber enquanto processo, envolvendo inclusive a organização escolar ou de sistema e; a dimensão política social, ao estarmos pertencentes a uma posição, nunca neutra, em um dado momento histórico, contextual e situacional. Por isso, ensinar também depende das concepções que se assumem, daí seu caráter político (Candau, 1983).

Tais considerações levam em questão os posicionamentos necessários para desenvolver a educação em uma perspectiva inclusiva. Partindo do princípio da reflexão como o repensar rigoroso, buscando uma visão de conjunto, de forma a analisar a raiz da problemática (Aranha, 2009), este estudo parte das seguintes questões: como a educação inclusiva é considerada a partir do plano de governo para a educação, no Estado do Paraná, no que tange a inserção da tecnologia como estratégia de melhora da qualidade no ensino? Mais precisamente, como a Plataforma

Redação Paraná se apresenta de forma a atender de forma inclusiva alunos atendidos pela educação especial?

A partir da problemática, esta pesquisa objetivou analisar a Plataforma Redação Paraná, recurso de uso obrigatório para o ensino de produção de textos nas escolas da rede pública estadual do Paraná, tendo como enfoque a aplicabilidade a estudantes da educação especial que frequentam as classes regulares.

Para tanto, recorreu-se a um estudo do tipo descritivo, no qual se buscou identificar como os recursos disponibilizados pela Plataforma Redação Paraná atendem e como dificultam o ensino para alunos que dependem do atendimento educacional especializado. A justificativa para esta análise se dá pelo fato de este ser um recurso de uso obrigatório, conforme já apontado, o que se torna um desafio para professores e gestores escolares.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **Conceituando Educação Especial e Educação Inclusiva**

A lei de diretrizes e bases da educação coloca na redação do seu artigo 3º sobre a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (Brasil, 1996). Mas para atingir este princípio, é importante compreender o percurso da educação, especialmente do contexto brasileiro.

Segundo Santos (2010), a história marca registros de que antes da Era Cristã, pessoas que nasciam com deficiência eram excluídas, geralmente assassinadas, porque se tinha uma visão que elas poderiam comprometer a sociedade. Já a Idade Média, segundo Ferreira (2003) é marcada por uma visão ambígua: muitos considerados castigados por Deus ou até mesmo possuídos pelo demônio, os quais eram afastados do convívio social; outros, como por exemplo, os cegos e surdos, eram considerados portadores de poderes sobrenaturais. Segundo a autora, esta visão oscila, hora de exclusão, hora de proteção ou admiração, a qual só é superada com São Tomás de Aquino, que atribui a deficiência a um fenômeno natural humano.

Isso remonta a visão sobre deficiência, onde as pessoas passam a ser vistas como seres que se deve ter piedade e, a partir daqui, no período do Renascimento, há grande empenho para abertura de instituições beneficentes para caridade com os deficientes.

No Brasil no século XIX, período do império, abrem-se diversas instituições para atendimentos específicos como aos surdos, cegos, deficientes intelectuais, o que se estende até a década de 1954, conforme explica o documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008).

O tema passa a fazer parte do sistema de Educação na década de 1960, quando a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) nº4024 (Brasil, 1961) indica o direito, dos então chamados “excepcionais”, a educação no sistema de ensino, abrindo inclusive, possibilidade de financiamento público a iniciativa privada que atenda a este grupo.

Na década seguinte, a LDB nº 5692 (Brasil 1971) indica o tratamento especial aos alunos com deficiência, atraso idade considerável e superdotação, os quais seriam atendidos em classes especiais. Mas é apenas em 1973 que a educação especial passa a ser atendida como política pública, com a abertura do Centro Nacional de Educação Especial.

A LDB atual, Lei nº 9394 (Brasil, 1996) trata, em seu artigo 4º, sobre o atendimento educacional especializado, o qual deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino. Em seu capítulo 5, é tratado sobre a educação especial, a qual visa o atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. Para tanto, o atendimento ocorre por meio de adaptação do currículo, métodos de ensino, técnicas apropriadas, recursos e organização específica a necessidade do aluno. Também se prevê professores especializados para o seu atendimento

Mantoan (2006) é uma autora que defende a inclusão total e restrita. Ela alerta que a inclusão não é questão do professor especialista, mas sim postura de todos os profissionais da escola. Para esclarecer, a autora explica a diferenciação

entre os conceitos inerentes ao assunto: Educação Especial como área da educação, cujo enfoque é o atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais; já o atendimento educacional especializado trata das adaptações necessárias, bem como métodos ou recursos que atendam a determinadas especialidades. Por fim, a inclusão, que vai além de compartilhar um ambiente, pois a Educação Inclusiva, é estar juntos, integrados, todos os alunos.

Portanto, falar de educação inclusiva vai além de tratar de educação especial, mas sim a inclusão de forma integral, como por exemplo, de alunos em situação de vulnerabilidade ou oriundos de diferentes culturas. Assim, entende-se educação inclusiva como uma postura de ensino, ou seja, é um elemento cultural que deve permear todo o espaço escolar.

### **Ensino inclusivo: princípios legais e pedagógicos**

O princípio que irá nortear o debate aqui proposto, frente a análise da Plataforma Redação Paraná, parte da universalização do atendimento escolar, como preconiza o Plano Nacional de Educação - PNE (Brasil, 2014).

Sabendo que o PNE possui uma duração decenal, destaca-se neste texto as diretrizes que propõe a superação das desigualdades educacionais, descrito em seu item III, e a melhoria da qualidade da educação, no item IV (Brasil, 2014). Nesse viés, faz-se necessário uma reflexão de como a Plataforma Redação Paraná, poderá ser aprimorada, considerando os alunos com deficiência.

De acordo com a Deliberação 02/2016, do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná - CEE/PR (Paraná 2016), que apresenta as normas para a modalidade de educação especial no sistema estadual de ensino, em seu Capítulo II, para a educação especial cabe identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos de acessibilidade que eliminem as barreiras para plena participação dos estudantes no processo educacional.

Tratando sobre a relação tecnologia e educação, dentro de uma perspectiva inclusiva, Freire et al. (2023, p.126) defendem a ideia de que a tecnologia na educação deve ser empregada a favor de uma educação interativa, participativa e inclusiva, sendo vital compreendê-la como forma de integração; para tanto, precisa ter sua adaptação prevista às peculiaridades dos estudantes. Como ponto estratégico, os autores apontam que, por meio do uso da tecnologia na educação, há a possibilidade de personalizar o ensino, o que respeita as diferentes formas e ritmos de aprender. Contudo, alertam para a necessidade de um sólido conhecimento por parte do professor no que trata sobre os recursos digitais, para que a mediação possa ocorrer de forma assertiva.

Nesta mesma linha, Schmitz (2024) afirma que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) oferecem ferramentas capazes de diminuir ou eliminar barreiras, ou seja, são promotoras de acessibilidade para a efetiva participação das pessoas. Contudo, alerta-se para: “Portanto, as barreiras não são criadas por tecnologias, são criadas por pessoas” (Schmitz, 2024, p. 46); e para que o conteúdo apresentado possa atender a pessoas diferentes, de forma a romper barreiras de acesso, é primordial que se planeje, produza e disponibilize com a intenção de ser acessível.

Considerando o viés do trato didático, por apresentar vasta particularidade, a educação especial deve amparar-se no Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), para possibilitar maior acesso aos conteúdos apresentados para todos os alunos do ensino. Sua proposta orienta fugir de um processo de integração, no qual a inserção é parcial, com currículos adaptados que não complementam os conteúdos curriculares da série em que o aluno está matriculado.

### **O Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) como abordagem didática na promoção de um ensino inclusivo**

Criado pelo Centro de Tecnologia Especial Aplicada (CAST), organização norte-americana de pesquisa e desenvolvimento (Scmitz, 2024), o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) consiste na elaboração de estratégias para acessibilidade para todos os indivíduos, tanto no que se refere a estrutura física quanto de serviços, produtos e soluções educacionais (Zerbato; Mendes, 2018). Parte da proposta de desconstruir uma adaptação específica para um aluno, ou uma deficiência em particular, para pensar em formas diferenciadas de ensinar um currículo que atenda a todos os estudantes.

Nunes e Madureira (2015) descrevem que o DUA são princípios e estratégias relacionadas ao desenvolvimento dos estudantes. Tais pressupostos orientam para a redução dos fatores de natureza pedagógica que dificultam o processo de ensino e aprendizagem, pois orientam para a facilitação no acesso ao conhecimento, criação oportunidades de participação e, por consequência, sucesso de todos os alunos. Neste sentido, o DUA permite que todos os alunos sejam beneficiados no acesso ao currículo, que se insere no âmbito pedagógico pela condução de práticas de múltiplas abordagens, flexíveis, que envolvem a compreensão e a participação de todos os estudantes.

No que tange os princípios do DUA, o primeiro é o reconhecimento que os alunos diferem em seus interesses e motivações para a aprendizagem, sejam estes com deficiência ou não; diante desse princípio surge o segundo, que é possibilitar múltiplas abordagens de ensino sobre o conteúdo abordado, dando opções de representação e apresentação da informação; por fim, o terceiro, que trata sobre a percepção de que os alunos diferem na participação das atividades, por isso não há um meio único de aprendizagem e sim processos diversificados das competências adquiridas (Mendes, 2023).

Para Nunes e Madureira (2015), a prática do DUA consiste primeiramente na compreensão do que é apresentado ao aluno: será que este possui conhecimentos prévios necessários a este assunto? Quais seriam esses conhecimentos? Poderia, o



professor, ampliar os conhecimentos prévios para os mais complexos, dando subsídios da sua compreensão? Ainda nesta perspectiva, quando há alunos com conhecimentos complexos, seria possível possibilitar o aprofundamento, sobre os temas de maiores interesses dos alunos?

Com essas reflexões, a comunicação se faz primordial para a compreensão dos símbolos, expressões e linguagens matemáticas e de interpretação textual, que devem ser claras e objetivas ao entendimento de todos os alunos. Os recursos para a compreensão podem ser visuais, auditivos e concretos, favorecendo dessa forma a percepção do currículo e a participação de todos os alunos.

### **Procedimentos Metodológicos**

A presente pesquisa se configura no tipo descritiva, pois busca levantar informações, com vistas a descrever o fenômeno investigado (Marconi; Lakatos, 2003). Como procedimentos técnicos, adotaram-se: observação dos recursos da plataforma no modo de exibição do professor; observação dos recursos da plataforma, no modo de exibição como estudante; relato da pesquisadora/autora de suas experiências como docente ao encaminhar atividades da Plataforma Redação Paraná a alunos com alguma necessidade educacional especial.

A análise se deu por abordagem qualitativa, com base na análise de conteúdo (Bardin, 2011), onde se elencou três categorias: múltiplos modos de engajamento; múltiplos modos de apresentação do objeto; múltiplos modos de agir e representar. Tais categorias, estabelecidas *a priori*, tiveram como base a abordagem do DUA.

Assim, procedeu-se com a análise dos recursos oferecidos na Plataforma Redação Paraná e, a partir destes, buscou-se apontar como estudantes da educação especial poderiam corresponder às proposições de atividades disponíveis, apresentando-se sugestões de aprimoramento.

### **A Plataforma Redação Paraná**

A Plataforma Redação Paraná surge no ano de 2020, a fim de acompanhar a sociedade digital em que vivemos. De acordo com o site Escola Digital Professor<sup>3</sup>, mantido pelo governo do estado do Paraná, o objetivo é apoiar os estudantes da Rede Estadual no desenvolvimento da escrita através de diferentes gêneros textuais, mas sempre com temáticas atuais (Paraná, 2024). Associando a prática da produção textual a uma plataforma digital, espera-se com esta proposta promover o letramento digital, por meio da prática da digitação, desenvolvendo habilidades necessárias para o mundo do trabalho.

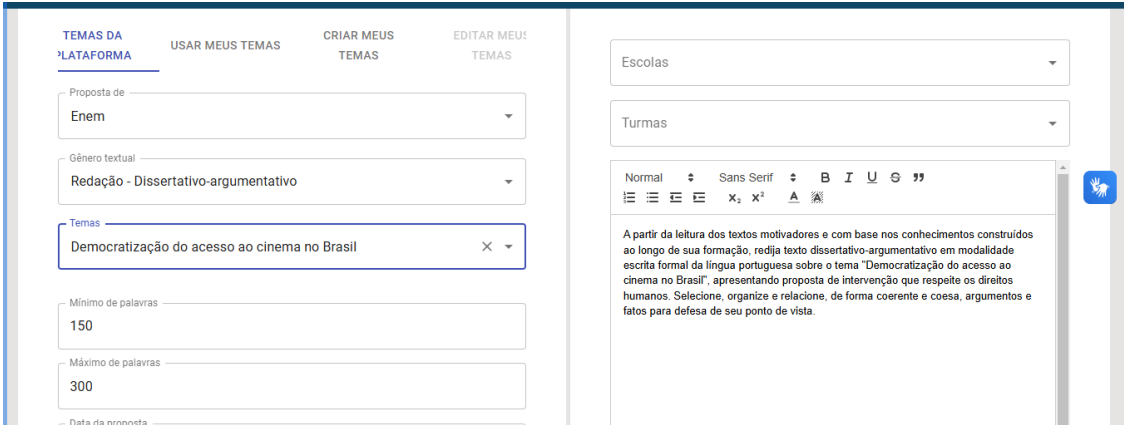
A produção textual oferecida pela plataforma trabalha de forma integrada com o professor e a Inteligência Artificial (IA), que corrige os textos digitados pelos alunos, considerando a ortografia, a semântica, a sintaxe, a acentuação e a pontuação. Essa correção é complementada pelo professor de Redação e Leitura, que segue as rubricas de cada gênero textual proposto. Cabe ainda ao professor avaliar a redação nos aspectos discursivos e subjetivos.

Com essa ferramenta digital, tanto os alunos quanto os professores podem acessar o site, para verificar as redações disponíveis, em qualquer aparelho que possua acesso a internet e em qualquer espaço. O site que hospeda a Plataforma Redação Paraná, ainda permite ao aluno treinar redações, antes de enviar para o professor corrigir. No campo de treino o aluno pode escolher a proposta de redação, o gênero textual e o tema; após sua escrita, a IA corrige os erros gramaticais, dando um retorno imediato ao estudante sobre o que precisa ser contemplado. Abaixo, as figuras 1 e 2 ilustram o *layout* da plataforma:

---

<sup>3</sup> Disponível em: [professor.escoladigital.pr.gov.br](http://professor.escoladigital.pr.gov.br).

**Figura 1:** Interface da Plataforma Redação Paraná - Professor



Fonte: Paraná (2024)

**Figura 2:** Interface da Plataforma Redação Paraná - Estudante



Fonte: Paraná (2024)

Este recurso oferece uma variedade de propostas de redação ao professor, que poderá escolher entre seguir as aulas do Livro de Registro de Classe On-line (LRCO), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), de vestibulares, de acordo os livros oferecidos na plataforma Leia Paraná<sup>4</sup>, de recuperação e, em determinado período do

<sup>4</sup> Plataforma da Rede Estadual de Educação do Paraná, que oferece acesso a livros de forma digital.

ano letivo, participar do concurso de redação Paraná Nota 10 - Agrinho, o qual é organizado pela Rede Estadual, onde se oferece premiação tanto ao professor quanto ao aluno vencedor.

Mesmo com essa variedade de opções, a plataforma ainda permite ao professor criar suas próprias propostas de redação, personalizando o limite de linhas/palavras e o gênero. Cada proposta possui um pequeno tutorial no YouTube dos gêneros propostos, reforçando as características que o aluno deve apresentar em sua escrita.

O layout do site permite ao professor o acesso das redações entregues pelos alunos, que, conforme mencionado, passa previamente pela IA que corrige os erros ortográficos, avaliando no valor de zero a quarenta pontos. Os pontos restantes, sessenta pontos ficam a critério do professor de Redação e Leitura, ao verificar quais foram as rubricas que o aluno compreendeu e qual o valor acrescido de sua produção textual.

A incorporação e o uso adequado de recursos digitais na educação são propulsores da inclusão digital. Este fator “é essencial na educação porque permite uma aprendizagem mais relevante, envolvente e adaptada às necessidades individuais dos alunos” (Barros et al., 2023, p. 132), ajudando assim a desenvolver uma preparação para exercer plenamente a cidadania em uma sociedade que está cada vez mais conectada e inserida na cultura digital.

Neste sentido, apresenta-se na próxima seção uma análise sobre a acessibilidade da Plataforma Redação Paraná.

### **A acessibilidade da Plataforma Redação Paraná**

Considerando que o uso da Plataforma Redação Paraná, objeto em análise neste estudo, é obrigatório para as aulas de Língua Portuguesa e de Redação e Leitura, e tendo como propósito verificar a acessibilidade deste recurso, buscou-se analisar

como os princípios do DUA se fariam presentes, considerando seu uso acessível a todos. Assim, coloca-se como categorias: múltiplas formas de engajamento; múltiplas formas de apresentação do objeto; múltiplos modos de agir e representar.

### Múltiplos modos de engajamento

Sobre o engajamento, que traduz a motivação para o desenvolvimento das tarefas (Mendes, 2023), entende-se que sozinha a plataforma não apresentaria forte apelo, necessitando do trabalho e intervenção do professor para realizar o engajamento.

O recurso tecnológico oferecido pela Plataforma Redação Paraná vem ampliar a interação social, ao que se refere às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). Freire et al. (2023) salientam o apelo à inserção de recursos tecnológicos digitais na educação pela sua potencialidade em oferecer diferentes formas de interação e, com isso, tornar a aprendizagem mais motivadora. “Isso resulta em um maior interesse pelo conteúdo e, conseqüentemente, em uma absorção mais eficaz do conhecimento” (Freire et al., 2023, p. 60).

Contudo, na análise realizada da plataforma em estudo, identifica-se que esta não atende a todos os alunos, especialmente aos que possuem necessidades educacionais especiais.

Atualmente, a acessibilidade oferecida na plataforma é reduzida aos alunos com deficiência. Apresenta somente um banco de palavras com interpretação em LIBRAS, ao qual a tradução da proposta da redação fica limitada ao alfabeto, não disponibilizando sinais ou com termos objetivos aos surdos.

Quanto aos princípios do DUA, analisando a Plataforma Redação Paraná, observa-se que o site ainda precisa de melhorias para atender de forma equitativa aos alunos. Considerando a diversidade existente na sala de aula e, por conta disso, que os alunos não aprendem de forma igualitária, o DUA prevê o engajamento dos alunos,

motivando-os a um “por quê” de estudar (Nunes; Madureira, 2015), e por isso orienta formas diversificadas de exposição do assunto. Esse princípio não é notado no site, pois o formato não é adaptado aos alunos, sendo focado apenas na digitação dos textos e prazos a serem entregues, variando apenas o tema da proposta, mantendo sua essência de digitação. Cabe aqui salientar a reflexão de Mantoan (2006), ao tratar a educação, em uma perspectiva inclusiva, como cultura. Portanto, é importante que as ferramentas sejam desenvolvidas a serviço de um atendimento equitativo.

#### Múltiplos modos de apresentação do objeto

É possível identificar que apesar das diferentes propostas de redação apresentadas, incluindo textos base, questionamentos ou charges, o esquema de apresentação da plataforma consiste na leitura da proposta de redação e de textos de apoio, para digitação da produção textual realizada pelo aluno.

Por apresentar uma metodologia única, na qual o aluno precisa ler a proposta de redação e digitá-la, a plataforma não atende a diversidade de alunos presentes no âmbito escolar. Este contexto observado pode ser analisado sob dois vieses: o didático, pois o processo didático, entendido como a relação complexa que se estabelece entre professor, aluno e conhecimento (Veiga, 2006) fica comprometida se a proposição de desenvolvimento da ação no ambiente virtual da Plataforma Redação Paraná for realmente estendida a todos os estudantes; além disso, uma segunda proposição é ancorada em Freire et al. (2023) ao defender que o emprego da tecnologia na educação possibilita uma aprendizagem mais personalizada e flexível, uma vez que a mesma pode ter seus algoritmos programados para identificação das necessidades de aprendizagem dos estudantes.

Assim, entende-se que adequações na Plataforma Redação Paraná poderiam privilegiar alunos em processo de alfabetização, com baixa visão ou cegos, com a

inclusão do formato de áudio das propostas de redação, as quais poderiam ser além de lidas, ouvidas pelos alunos.

A incorporação de imagens e vídeos correspondentes ao tema da redação também é outro ponto de análise que poderia facilitar para os alunos surdos, com recursos visuais que facilitem a compreensão da proposta. Esta inserção também privilegiaria alunos com dificuldade de concentração, pois vídeos curtos que exemplificassem o formato a ser desenvolvido ou do que se trata o tema da proposta, tornariam o conteúdo mais compreensível a esses alunos. Inclusive há vídeos disponibilizados no *site* Escola Digital<sup>5</sup>, os quais poderiam estar inseridos dentro da Plataforma Redação Paraná.

Ao possibilitar a variedade de ações e expressões para a ilustração da proposta, conforme explicam Nunes e Madureira (2015), com uso de recursos diversificados, a plataforma estaria ampliando a compreensão dos gêneros praticados nas aulas. Isso porque, sendo a plataforma já conectada a internet, os links de acesso aos conteúdos complementares podem subsidiar a compreensão, facilitando a explicação para todos os alunos.

Considerando o contexto didático, quando Candau (1983) trata a didática como multidimensional, uma destas dimensões seria a técnica. Aqui, além dos conhecimentos sobre o fazer do professor, caberia ainda a análise sobre como os recursos didáticos podem ser direcionados para promover o ensino. No estudo em questão, discute-se uma ferramenta tecnológica desenvolvida para esta finalidade: contribuir para o desenvolvimento da competência para a língua escrita; portanto, entende-se que a Plataforma Redação Paraná, a partir de adequações, tem potencial para promover múltiplas formas de apresentação do conteúdo.

#### Múltiplos modos de agir e representar

---

<sup>5</sup> [https://professor.escoladigital.pr.gov.br/redacao\\_parana](https://professor.escoladigital.pr.gov.br/redacao_parana)

Pelo fato de a correção inicial ocorrer por IA, a plataforma em análise não atende as múltiplas formas de representação de alunos que, devido a comprometimentos de desenvolvimento na escrita, expressam de outras formas, nem sempre convencionais, as suas aprendizagens sobre o tema proposto.

Um princípio a ser incorporado à Plataforma Redação Paraná é a variedade de representação do que é estudado. Neste sentido, o recurso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), que já está sendo utilizado pelo governo do Estado, pode ser melhor explorado, seja com a ampliação de interatividade ao conteúdo, como a utilização de gamificação, por exemplo, ou jogos que possibilitem a ligação de gênero textual a sua estrutura.

Outro ponto válido neste princípio é a utilização de forma equitativa, onde o aluno com deficiência possa completar sua redação, não apenas por digitação. A integração de imagens, áudios ou ações em que os alunos desenvolvem suas atividades, deveriam ser valorizadas e incorporadas na Plataforma Redação Paraná. Exemplos neste sentido, seriam: como digitar um poema visual? Ou até mesmo um Haicai visual?

Com estas inclusões, a participação dos alunos passa a ser mais flexível, de acordo com seu avanço e não apenas a entrega de textos digitados, pois, ao possibilitar aos alunos relacionar, completar ou ligar, as palavras corretas para complementar o poema ou a prosa com (conectivos, artigos, verbos), eles estariam aprendendo de forma gradativa e integrada. A aprendizagem, dentro da proposta sóciointeracionista, parte do princípio da mediação adequada por meio de recursos e estratégias que possibilitem a expressão (Zerbato; Mendes, 2018).

Na variedade de atividades, a plataforma estaria apresentando informações perceptíveis aos alunos com dificuldade de aprendizagem e aprofundando os conhecimentos àqueles que apresentam facilidade de compreensão. Isto oportunizaria uma variedade de abordagens de ensino, reforçando a assimilação dos conteúdos, atendendo às competências com o domínio da língua portuguesa (vocabulário,



ortografia, acentuação), a organização das ideias (atividades que envolvam o ordenamento das estruturas das redações) e a compreensão da proposta (gênero, prosa, verso), dando o formato de gamificação, ao qual o aluno poderá evoluir sua compreensão das atividades propostas.

Assim, se estabeleceria o processo didático (Veiga, 2006), relação entre professor, aluno e conhecimento, dentro de uma perspectiva inclusiva (Mantoan 2006), na qual o aluno seria integrado a uma mesma proposta, respeitando suas características de expressão do conhecimento.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Partindo do objetivo aqui proposto, de analisar a Plataforma Redação Paraná, a qual é de uso obrigatório para o ensino de redação nas escolas públicas da rede estadual de educação do Paraná, buscou-se analisar como este recurso para o trabalho com produção de textos, tendo como público estudantes da educação especial, que frequentam as classes regulares. Frente a isso, foi possível levantar algumas considerações.

Considerando a educação especial como modalidade que atende às necessidades educacionais especiais dos estudantes, tais como recursos, adequações organizacionais, estruturais e pedagógicas, presença de profissional de atendimento educacional especializado, entre outras, quando se trata de alunos que frequentam o ensino regular, nem sempre a inclusão está inserida neste processo. Entende-se inclusão como postura, uma construção cultural que permita a todos participarem ativamente da vida escolar.

O interesse pelo objeto de estudo em questão, a Plataforma Redação Paraná, se dá pelo uso obrigatório deste recurso nas escolas públicas da rede de ensino estadual do Estado do Paraná. Assim, buscou-se identificar as condições que esta plataforma apresenta para atender a todos os alunos.

Tendo como princípios para análise orientações legais, como PNE e a Deliberação 06/2016 do CEE/PR, e aporte teórico do DUA, entende-se que a plataforma em questão não atende aos princípios de apresentar múltiplas formas de engajamento, de apresentação e de representação. Estudantes surdos, cegos, disléxicos, autistas e deficiência intelectual podem vivenciar restrições, precisando muitas vezes que sua atividade necessite ser transcrita por outra pessoa ou que a mesma não seja realizada.

Contudo, percebe-se que a mesma possui potencial bastante significativo para rompimento de barreiras, as quais foram sugeridas no decorrer deste texto. Considerando que a aprendizagem é um processo, e não um treinamento, inserir a possibilidade de atividades que possibilitem desenvolver o potencial dos estudantes, que nem sempre estão dentro das competências que a plataforma exige, seria uma importante alternativa ao professor. Também se indica a possibilidade de dispor propostas que possam ser individualizadas, uma vez que a atividade, atualmente, precisa ser a mesma para uma turma.

Assim, conclui-se que a Plataforma Redação Paraná é um recurso interessante para apoiar o professor no ensino da língua escrita, no que trata a produção textual. Porém, algumas adequações são necessárias para que se atendam aos princípios de uma educação inclusiva e, com isso, possa atender a todos os estudantes, garantindo o direito de acesso, permanência e sucesso escolar.

## **REFERÊNCIAS**

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, M. J. Inclusão digital e educação: equidade e acesso. **Revista Internacional de Estudos Científicos - RIEC**, v. 01, n.02, P 124 - 149, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.educacaotransversal.com.br/index.php/riec/article/view/120>. Acesso em 26 mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Brasília: Senado Federal, 1961.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**: Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1971.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

CANDAU, V. M. **A didática em questão**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1983.

FERREIRA, M. E. C. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, K. M.A et al. O uso da tecnologia na construção de ambientes de aprendizagem colaborativos e inclusivos. **Revista Internacional de Estudos Científicos - RIEC**, v. 01, n.02, p. 51 - 70, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.educacaotransversal.com.br/index.php/riec/article/view/118>. Acesso em 26 mai. 2025.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo, Cortez, 1994.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia cinetífica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDES, E. G. **Práticas inclusivas inovadoras no contexto da classe comum: dos especialismos às abordagens universalistas**. Rio de Janeiro: Encontrografia Editora, 2023

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação n.º 02/2016**: Dispõe sobre as Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 17 mar. 2016.

PARANÁ. **Escola digital do professor**. Plataformas educacionais: Redação Paraná. 2024. Disponível em [https://professor.escoladigital.pr.gov.br/redacao\\_parana](https://professor.escoladigital.pr.gov.br/redacao_parana). Acesso em 21 nov. 2024.

SANTOS, I.M. **Inclusão escolar e educação para todos**. Tese. 210 fls. (Doutorado em Educação - Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

SCHMITZ, D. A. **Recursos educacionais abertos acessíveis e baseados no desenho universal para aprendizagem**. Tese. 281 fls. (Doutorado em Educação. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal de Santa Maria, 2014. Disponível em <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/34373?locale-attribute=en>. Acesso em 26 mai. 2025.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Lições de Didática**. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

Zerbato A.P.; Mendes E.G. O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas. **Educ. Pesqui.**, v. 47, e233730, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/XrThMT5Hhn6D9CSqcn3HHSM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 02 dez. 2024.

Data da submissão: 12/03/2025

Data do aceite: 13/06/2025